



Professor Carlinhos Costa

Biografia:

Professor da SEEDF. Foi assessor na Subsecretaria de Educação Básica, Diretor da DIEF/SEEDF, Gestor de Escola Pública e Coordenador Intermediário. Coordenador dos cursos de Pós-Graduação da Faculdade Gran. Professor e Coordenador de Cursos Preparatórios para Concursos. Professor desde 2001 e atuação em todos os níveis da educação escolar. Contato: carlinhosbio@gmail.com.

Entrevistadores:

André Vieira Freitas

Doutor em Geografia pela UnB (2023). Professor na SEEDF. Tem experiência como docente em Geografia no Ensino Superior e na Educação Básica e como coordenador pedagógico. Assessor da Diretoria de Ensino Fundamental da SEEDF. Contato: andrevfr@gmail.com.

Charlene de Oliveira Rodrigues

Mestre em Educação e Pedagogia pela UnB. Coordenadora Central Técnico-Pedagógica da Diretoria de Ensino Fundamental (Dief/Subeb/Unigeeb) da SEEDF. Docente em cursos de graduação, pós-graduação e preparatórios para concursos na área de conhecimentos pedagógicos. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre atuação e Formação de Professores e Pedagogos da Universidade de Brasília (GEPFAPE/UnB). Analista e consultora educacional. Contatos: @professorcharlenerodrigues ou professora.charlene.rodrigues@gmail.com

Ensino fundamental: da alfabetização às adolescências

1. Charlene Rodrigues: Quais são as perspectivas em relação às legislações atuais sobre o processo de alfabetização e letramento, especialmente no que diz respeito ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA) e à implementação do Programa de Alfabetização e Letramento no Distrito Federal (Alfaetrando), que buscam garantir o direito à alfabetização de crianças até os sete anos de idade?

Carlinhos Costa: Sobre alfabetização e o letramento, já estamos em uma perspectiva de cuidado há algum tempo. Creio que desde as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs), de 2010, já falávamos sobre esse ciclo inicial de alfabetização. O Distrito Federal se preocupava com isso, desde a Resolução nº 1/2018 que estabeleceu, naquele contexto, as normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal, em observância às disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Falávamos disso e retomamos essa ideia em 2020. Só que houve uma mudança, porque se esperava que a alfabetização ocorresse até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental, o Plano Nacional de Educação traz isso como meta, mas a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já em uma nova perspectiva, antecipa um pouco dessas aprendizagens para começar a criar um ambiente alfabetizador na Educação Infantil e caminhar para a alfabetização estar completa até o final do segundo ano. A BNCC já deu esse início, então instituiu-se a Política Nacional de Alfabetização, que foi extinta, cujo decreto foi revogado para criar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. E nessa política, reafirmava-se que a criança deveria ser alfabetizada até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. No início havia o PROFA (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores), houve o Pacto Nacional pela Alfabetização

na Idade Certa (PNAIC), foram várias políticas públicas que tiveram a alfabetização como foco, mas até o terceiro ano. Com a criação dessa nova visão, de alfabetização de criança até os sete anos, ou seja, até o segundo ano do Ensino Fundamental, uma nova política precisava ser criada. Cria-se, na esfera federal, a Política Nacional, e o Distrito Federal vai no mesmo sentido com a adesão ao Compromisso para que possa ocorrer em seu âmbito. No âmbito nacional, o que mais chama a atenção é haver recursos envolvidos, com o envolvimento das ações do PAR (Programa de Ações Articuladas), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), criado para garantir que a política seja efetiva. Então teremos infraestrutura e investimento de recursos. E o Distrito Federal organiza uma logística de inter-relação entre os níveis local, regional e central para garantir a efetividade da política em sua esfera de atuação. A nível central, sabemos que pensar em políticas parece algo não factível, pois não vemos na prática como acontecem. No nível central, será pensada a política, serão formados os professores, a Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE) e a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB) vão trabalhar nesse sentido. No nível intermediário, nas Coordenações Regionais de Ensino, será necessário contar com os articuladores, que são os Coordenadores Intermediários dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, para que possam articular formações com quem está nas escolas e acompanhar as escolas nesse processo. E quem faz acontecer estará dentro da escola, o coordenador local, que vai ajudar na formação, no acompanhamento das estratégias pedagógicas que irão acontecer e o professor, que passa pela formação e depois a aplica em sala de aula. O que eu acredito? É que precisamos ter paciência para a implementação, e desenvolvimento da nova organização da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Atualmente, por exemplo, recebe-se a gratificação de alfabetização até o final do terceiro ano, então é cultural que o professor vai alfabetizar até o final do terceiro ano. Então é necessário, primeiro, mudar a estrutura, conversar com a rede inteira e mostrar que agora queremos a alfabetização até o final do segundo ano. O primeiro ponto seria esse. O segundo ponto é fazer a formação de professores que atuam no primeiro e no segundo ano e, talvez, colocar critérios mais rígidos para a escolha das turmas de primeiro e de segundo ano, para que esses professores, para atuarem nesses anos tenham formação adequada, tenham habilidades e aptidões para trabalharem com esses estudantes. E entender também que os professores do terceiro, do quarto e do quinto ano não podem se abster da alfabetização e do letramento, porque será necessário continuar esse processo, que não se encerra, é claro, no segundo ano. Será necessário dar continuidade, mesmo que com uma estrutura diferente da que há atualmente.

2. André Vieira: O Ensino Fundamental contempla o atendimento aos estudantes dos Anos Iniciais e dos Anos Finais e abrange as infâncias e as adolescências, envolvendo distintas fases de desenvolvimento, do processo de alfabetização aos diversos letramentos. Considerando essa especificidade e os inúmeros contextos e realidades das comunidades escolares, quais são os principais desafios vivenciados atualmente nesta etapa da Educação Básica, tanto no Distrito Federal quanto no Brasil?

Carlinhos Costa: Em resumo, quais são os grandes desafios do Ensino Fundamental? Pensando nisso, precisamos entender que o Ensino Fundamental é a etapa mais longa da Educação Básica, são nove anos de duração. E nesse período tudo pode mudar. A divisão das fases é muito importante: ter os Anos Iniciais e os Anos Finais. São duas fases totalmente diferentes. Nos Anos Iniciais, em que temos professores generalistas, é muito mais fácil fazer a interdisciplinaridade, a contextualização, estratégias pedagógicas de acompanhamento de aprendizagens. Nos Anos Finais, temos professores especialistas que muito se comunicam com Ensino Médio e pouco se comunicam com a infância. Então, os desafios são muito diferentes. Eu diria que o principal desafio para os Anos Iniciais é um investimento em formação, em valorização do professor, para que ele possa sentir-se também tão competente quanto os professores dos Anos Finais, porque, por mais que a gente tenha na Secretaria de Educação professores que ganham a mesma remuneração e, às vezes, nos Anos Iniciais recebem até mais que nos Anos Finais, a gente vê uma inferiorização dos professores dos Anos Iniciais. Então é necessário promover formação e valorização desse profissional. E, segundo, entender de verdade o que é alfabetização e letramento. Na SEEDF, a gente tinha uma excelente qualidade de alfabetização e letramento, mas acho que ao longo dos últimos anos, a gente foi se perdendo. Algumas políticas foram muito importantes: o CRA (Centro de Referência em Alfabetização) era uma excelente estratégia, mas teve que ser desfeita ao longo do processo. Eu participei desse processo, entendi um pouco disso, mas é importante entender que políticas públicas que venham favorecer alfabetização e letramento precisam ser repensadas para ter melhores efeitos, isso para os Anos Iniciais. Para os Anos Finais, precisamos entender que o estudante tem que ter conhecimento significativo, que ele não está indo mais para a escola com vontade. Percebemos que os estudantes dos Anos Iniciais ainda demonstram desejo de estar na escola, mas nos Anos Finais, o que acontece? Não é significativo, o estudante quer evadir da escola, não tem garantia de aprendizagens efetivas, ele não aprende de verdade e, por não aprender de verdade, ele sai da escola, ele evade. Aí temos um problema sério também com os docentes, porque o estudante está em uma fase de transição, por questões fisiológicas, hormonais, então a ideia de

autoridade é questionada, a autoridade do professor é questionada. Será necessário ter uma conversa ampla para entender isso, pois não é tão simples, então os professores têm que passar por formação, entender os fatores biopsicossociais desses estudantes. Teremos que promover um conhecimento significativo, transformador. Então, os Anos Finais, como eu sempre brinco, representam o “filho do meio”, que não tem atenção, pois se dá atenção para o caçula, para o mais velho e o filho do meio vai ficando de lado. E precisamos dar atenção para esse “filho do meio” para termos resultados eficientes.

3. Charlene Rodrigues: A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal adota a organização escolar em ciclos para as aprendizagens, com o objetivo de favorecer a progressão continuada e proporcionar a construção de aprendizagens de maneira processual e contínua. Então questionamos: qual a importância dos ciclos para a organização do trabalho pedagógico no Ensino Fundamental?

Carlinhos Costa: É interessante resgatar porque a organização escolar em ciclos foi criada. Inicialmente, questionamos o modelo de seriação usado no Distrito Federal e os elevados níveis de reprovação. Levando em consideração a fragmentação do currículo que era feita, percebemos vários pontos que poderiam ser melhorados. Trouxemos então a estratégia de ciclos para os Anos Iniciais, especialmente para o primeiro bloco, o BIA (Bloco Inicial de Alfabetização), para o primeiro, o segundo e o terceiro ano do Ensino Fundamental. Criamos o BIA para implementar o Ensino Fundamental de nove anos. E foi uma excelente ideia. Ao percebermos que essa iniciativa teve bons resultados, ampliamos para o quarto e o quinto ano. Nessa ampliação para o quarto e o quinto ano, notamos um ruído. E esse ruído já deveria ter sido ouvido pela SEEDF no momento da implementação do 3º Ciclo, nos Anos Finais. Então, atualmente precisamos voltar um passo atrás e entender a estrutura dos ciclos, para que ele possa funcionar melhor. Quando eu estive na Diretoria de Ensino Fundamental (DIEF), a minha grande batalha era implementar os ciclos nos Anos Finais. Nos Anos Iniciais, já estava implementado, mas nos Anos Finais era uma batalha. Foi uma batalha árdua em que a gente gastou muita energia física para ir à escola, fazer formação, conversar. Mas os pontos precisam ser retomados. É necessário entender que a escola precisa ser democrática, envolver todas as pessoas, pois as pessoas precisam participar dos processos. Não teremos uma escola de qualidade se a comunidade não souber quais são os profissionais dessa escola, os seus índices e porque a gente está falando de ciclos. Ademais, é necessário fazer formação continuada e não esporádica, pontual e por adesão, o professor fazer quando quiser. É necessário que a formação ocorra em rede e seja para todos. Para tanto, não dá para usar a estrutura de formação que usávamos antes, pois o professor não quer mais sair

da escola, às vezes não quer fazer esse movimento de ir ao polo da EAPE ou à sua sede. Precisamos usar um modelo de formação atualizado. Por exemplo, poderíamos fazer transmissões por vídeo e cobrar que as escolas participem, com acompanhamento diário. Podemos fazer um curso ao vivo, conversar com os professores, ter interação. Seria muito interessante fazer uma formação em rede e acompanhar. E isso tem que acontecer na escola. É necessário formar o coordenador para que ele seja eficiente e a acompanhe as estratégias de aprendizagem que lá estão ocorrendo. Porque o coordenador é um “maestro”, se ele fizer bem a sua regência na escola, a escola vai caminhar bem, a gente vai ter um bom som, uma boa música, mas se ele é um maestro que não sabe reger quem está lá dentro, que são seus músicos, a música vai sair descompassada. Todo mundo que está na Secretaria é competente para tocar uma música, cada um tem um instrumento diferente, faz de forma diferente, o maestro é quem vai ter que organizar isso, ele tem que ser bom, esse coordenador tem que ser alguém interessante. Outro ponto: a avaliação formativa, que é um princípio também dos ciclos para as aprendizagens, notamos que está internalizada na Secretaria, que já funciona bem. Ao longo desses anos, trabalhamos muito isso, então caminhou bem. E, algo que eu sempre briguei, principalmente quando eu estava na escola: o planejamento, acompanhar o planejamento do professor e as estratégias pedagógicas a serem realizadas. Às vezes nos furtamos de cobrar o planejamento do professor quando estamos na escola, de acompanhar o que está acontecendo para evitar um desgaste. Não tem que ser assim, acho que deveríamos ter estratégias de acompanhamento mais amplas, criação de sequências didáticas. Nem que, se for necessário, criar um modelo de sequência didática para ser utilizado por aqueles que não criam suas próprias sequências. É necessário garantir as intencionalidades educativas do processo de ensino de aprendizagem dos estudantes. Por meio dos eixos integradores, ou seja, da alfabetização, dos letramentos e da ludicidade, ainda dos temas transversais, é possível tornar a aprendizagem mais significativa. Precisamos fazer isso, de maneira interdisciplinar, por meio do currículo integrado, articulado, flexível, e na perspectiva da unicidade entre a teoria e a prática (práxis pedagógicas) porque aí se tornará significativo. Se não for significativo, ninguém vai aprender.

4. Charlene Rodrigues: Você comentou que passou pela Diretoria de Ensino Fundamental (DIEF). Você visualiza avanços na implementação dos ciclos, considerando do início do processo até os dias atuais?

Carlinhos Costa: Eu fiquei dois anos nesta Diretoria. Para mim não foi tão rápido assim, foi um tempo gigante e foi um período bem difícil. E de lá para cá, já faz sete anos, um tempo considerável. Quanto a avanços nos ciclos, acredito que ocorreram muitos, mas das escolas que se

sensibilizaram. Eu não posso afirmar sobre a rede, mas sim sobre escolas que se sensibilizaram em entender o que é a organização escolar em ciclos para as aprendizagens. Tivemos avanços, pois elas caminharam nas estratégias pedagógicas necessárias para os estudantes aprenderem, mas naquelas que não se sensibilizaram, que não se preocuparam, nada mudou, as coisas continuam do mesmo jeito. Na SEEDF, tenho exatamente 20 anos de atuação e de sala de aula, são 23 anos, transitando por diversos setores.

5. Charlene Rodrigues: E quais seriam então, nessa perspectiva, os principais desafios dessas instituições? O que você sugeriria para superar os desafios e alcançar de fato aprendizagens mais significativas, mais articuladas, mais contextualizadas, incluindo a alfabetização das nossas crianças?

Carlinhos Costa: Resume-se muito aquilo que eu já vinha falando. Precisamos realizar um trabalho interdisciplinar, acompanhar o planejamento do professor e a sua execução. Podemos vislumbrar estratégias como, por exemplo, o programa de alfabetização, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que é sempre usado como um instrumento de avaliação e pode nos proporcionar respostas. Precisamos organizar como o processo será desenvolvido na sala de aula. Não dá para acreditar naquela frase tradicional: “O professor fechou a porta a porta e faz o que quer”, não dá para ser assim. Precisamos ter a visão de que nós professores somos executores de políticas públicas. Eu fui contratado para executar políticas públicas, o GDF (Governo do Distrito Federal) me contratou para isso, então eu preciso estudar e conhecer a política pública para assim aplicá-la dentro da sala de aula, no contexto escolar. Um normativo, o Decreto que cria o *Programa Alfaletando* no Distrito Federal fala da perspectiva Histórico-Crítica, da Psicologia Histórico-Cultural, do Currículo Integrado, da Educação Integral, e do trabalho com os eixos transversais. Então não podemos nos furtar de implementar política pública como professor da rede. Eu tenho certeza de que todo mundo que sai da sua casa para trabalhar na escola tem o desejo de fazer uma escola de qualidade. Então é necessário entender o que é essa escola de qualidade que a SEEDF defende para executarmos adequadamente e transformarmos vidas.

6. André Freitas: Como a abordagem interdisciplinar pode enriquecer a prática de alfabetização e letramento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com o Currículo em Movimento do Distrito Federal e as Diretrizes Pedagógicas para Organização Escolar do 2º Ciclo para as Aprendizagens?

Carlinhos Costa: A interdisciplinaridade é mais fácil no 2º Ciclo, porque é um professor só, logo é mais tranquilo, pois trabalha com todas as áreas do conhecimento, então ele mesmo consegue fazer esse processo

de interdisciplinaridade. É mais fácil, mas não é orgânico. O professor vai ter que planejar de forma interdisciplinar, então o coordenador vai ter que auxiliar nessa prática. E nos Anos Finais é muito mais difícil. E o coordenador é quem tem que auxiliar nessa prática, ele é o maestro que vai articular as práticas de todas as áreas do conhecimento. Precisamos entender para superar a fragmentação do currículo, conforme diz o Currículo em Movimento, é necessário “superar a prática fragmentada e descontextualizada”. Quando garantimos um currículo interdisciplinar, que é a visão de currículo integrado que temos, precisamos garantir as aprendizagens contextualizadas aos estudantes. Quando isso acontece conseguimos alcançar melhores resultados. Mas o que acontece na prática? Continuamos fazendo plano de aula. Plano de aula é para cada dia de aula. Cada dia de aula é um pedaço e nessa perspectiva se vai fragmentando, quebrando diariamente a prática educativa. Então, se não entendermos que precisamos fazer sequências didáticas nesse processo, que é uma das orientações da SEEDF e inclusive consta no primeiro parecer dos Ciclos, não vamos entender o que é interdisciplinaridade, mas a Secretaria não tem batido muito nisso. Temos que planejar por tema, eixos de interesses, problemáticas, práticas sociais, por objetivo e não para um dia de aula.

7. Charlene Rodrigues: Já entrando na realidade dos Anos Finais, como você percebe então essa organização no 3º Ciclo, considerando a relevância do protagonismo estudantil, a atuação dos professores na perspectiva de encorajar os estudantes a participarem ativamente no seu processo de ensino e de aprendizagem, especialmente quando falamos no contexto dos diversos letramentos, tendo em vista a perspectiva do desenvolvimento pleno, do desenvolvimento integral dos estudantes?

Carlinhos Costa: Primeiramente, é necessário entender quem são esses estudantes. Nos Anos Finais, recebemos crianças e devolvemos adolescentes. No início do 6º ano, recebemos estudantes crianças, pequenos que estão vindo dos Anos Iniciais. Então, a perspectiva de protagonismo para esses estudantes é diferente do protagonismo que esperamos dos estudantes do 9º ano. A divisão por blocos no 3º Ciclo é mais importante, para mim, talvez, do que a dos Anos Iniciais. Então precisamos entender quem tem habilidade para trabalhar no 1º bloco do 3º Ciclo e quem tem habilidades para trabalhar no 2º bloco, pois não são iguais. Eu sou professor de Biologia, de Ciências da Natureza e até o conteúdo é muito diferente. Eu teria habilidades para trabalhar no 1º bloco e nenhuma para trabalhar no 2º, que envolve Química, Física, o que não tem nada a ver com que eu trabalhei na graduação. Se o professor também enxergar isso, ele vai entender melhor esses estudantes. Então, a primeira coisa que precisamos entender: as especificidades orgânicas desses estudantes e das aprendizagens

que eles irão ter, as crianças e os adolescentes que nós temos dentro dos Anos Finais. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto: assumir protagonismos também em proporções diferentes. Esse protagonismo, que é um grito do Ensino Médio, não pode ser um grito nos Anos Finais. Ele pode ser ouvido, mas não pode ser um grito. É uma fala, vamos deixar o estudante fazendo essas escolhas, mas precisamos entender que o Ensino Fundamental é uma etapa de formação básica, de conhecimento da sociedade, de conhecimento mais amplo de valores sociais, de valores democráticos, de questões familiares. O Ensino Fundamental não tem prova para ingressar no Ensino Médio, não tem Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ao final. Então o professor também precisa entender isso. Quando entendermos que é uma etapa de formação básica, vamos diminuir a cobrança que o professor tem sobre esses estudantes e vamos começar a entender suas diferenças fisiológicas. Mas eles precisam ser ouvidos, não dá para fazer uma escola onde só a gente escolha. Eu diria que hoje o desafio é ouvir os estudantes, mas também conseguir fazer contratos didáticos onde a aprendizagem seja o principal alvo do trabalho.

8. André Freitas: O que caracteriza uma prática pedagógica como exitosa? Como valorizar esse tipo de experiência bem-sucedida na rede pública de ensino do Distrito Federal? Em sua trajetória profissional, quais práticas têm se mostrado mais significativas para desenvolver a habilidade de interpretação crítica e reflexiva nos estudantes, especialmente em relação aos diversos tipos de letramento e a sua formação cidadã?

Carlinhos Costa: Nossa conversa começou por causa do Fórum do Ensino Fundamental. Foi legal ir lá, fazer uma fala e voltar hoje para continuarmos. Sobre as práticas exitosas, para mim se resume a algo muito simples: são aquelas que geram aprendizagens. Isso é exitoso. Às vezes fantasiávamos demais para dizer o que é uma prática exitosa, mas no final o que ela gerou foi a aprendizagem. Gerou aprendizagem? Pronto, é prática exitosa. Algumas vezes é uma prática com muito mais recursos, já em outras é uma prática com pouquíssimos recursos, mas que vai ser exitosa da mesma forma. Toda escola tem práticas exitosas, essa é uma regra. E todo o professor tem prática exitosa. Todos têm, alguns terão mais práticas ao longo do ano, outros menos, mas todos os professores e todas as escolas têm. Então o que precisamos fazer? Dar visibilidade a essas práticas exitosas. Por quê? Ninguém consegue ser bom em tudo, é uma frase que eu sempre digo. Eu dou aula de Biologia, mas eu não sei tudo de Biologia. Eu dou aula de Pedagogia para concursos e eu não sei tudo de Pedagogia para concursos. Eu me especializei em uma área e nesta área eu tenho certeza de que sou bom, mas nas outras eu não sou. Talvez eu até saiba,

mas eu não sou bom em fazer isso. Então precisamos dar visibilidade às práticas exitosas, porque às vezes eu não sou bom nisso, mas vejo uma prática de alguém que foi exitosa e eu posso adaptá-la e fazer a minha prática também ser exitosa. Quando temos um espaço de dividir práticas exitosas com outros professores da rede, estamos valorizando-os. E isso é muito relevante. Dessa forma, podemos transformar os espaços onde estamos inseridos e atuar melhor. Talvez seja possível dar visibilidade a essas práticas em um *blog*, em uma página virtual, na *Revista Com Censo*, que publica práticas exitosas, isso é muito relevante. Mas é preciso fazer isso mais vezes, não dá para ser em um momento pontual do ano. A DIF sim tem que fazer um momento pontual, porque não dá para ficar fazendo a todo o momento, mas as Coordenações Regionais de Ensino, as escolas podem dar visibilidade a essas práticas mais vezes. Ademais, pensando a partir das minhas práticas, eu sempre achei que as práticas que mais têm resultado são aquelas em que todo mundo está envolvido. Não é fácil fazer isso. Eu já estive em vários lugares na SEEDF, em sala de aula, na coordenação, na supervisão, na direção. Quando você está em sala de aula, o pertencimento é você, seu nome. Quando você está na coordenação o pertencimento é todo o professor que está ali e é muito mais difícil porque você vai envolvendo mais pessoas e quanto mais pessoas estão envolvidas, é mais difícil garantir o pertencimento. Eu brinco que é um movimento de conquista, você precisa conquistar as pessoas para que elas possam estar juntas em torno de um objetivo único. Então esse objetivo tem que ser bem construído, coletivamente, assim as pessoas se sentem pertencentes, aí elas querem fazer. Cotidianamente, a gente vai encontrar movimentos em que as pessoas vão contra aqueles objetivos comuns que foram construídos, a escola nunca vai ser um mar de rosas, vamos pensar em um trabalho coletivo, mas sempre haverá algumas pessoas que vão destoar desse trabalho coletivo por terem pensamentos diferentes. É importante pensar diferente, mas elas não podem ser aquelas que vão paralisar o trabalho coletivo, paralisar o pertencimento do grupo em torno de um objetivo comum.

9. Charlene Rodrigues: O que você pensa sobre os nossos documentos, o Currículo em Movimento do Distrito Federal, nessa transição em relação ao que de fato é organizado, planejado, sistematizado, implementado na prática para o Ensino Fundamental na rede de ensino?

Carlinhos Costa: É curioso, porque o Currículo em Movimento já passou por três governos. Havia uma prática no Distrito Federal em que toda vez que mudava o governo, mudava o currículo. Era uma regra do jogo: trocou a equipe da sede da Secretaria de Educação, mudava-se o currículo. E o atual currículo conseguiu passar pelo menos três governos, pois estive nos

governos Agnelo, Rollemberg e agora com o Ibaneis. Temos a estrutura dos pressupostos teóricos e do Ensino Fundamental, do Currículo em Movimento, mantida. Então, ele é bom, não há o que questionar. E outra coisa, ele nasceu antes da Base Nacional Comum Curricular e continua sendo muito bom, então não há o que se falar do Currículo em Movimento. O que há de se falar é sobre a importância de implementá-lo nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas. Então atualmente temos bons documentos e não temos práticas tão boas assim. Precisamos criar algo mais factível para o professor. Eu relembra há poucos dias de um documento muito interessante referente ao 2º Ciclo que elaboramos. O professor não queria ler as Diretrizes Pedagógicas para o 2º Ciclo, pois pensava que o documento era extenso e exigia um grau de concentração. Fizemos então um “tira-dúvidas dos Ciclos”. Era algo mais gostoso de ler e teve os mesmos efeitos das Diretrizes porque ele falava a mesma coisa só que era uma pergunta de cada vez, facilitando a leitura. Esse documento fez muita diferença. Então eu acho que criar documentos que vão sintetizar o que a gente já tem nos documentos formais pode ajudar a implementá-los e ter qualidade da educação no Distrito Federal.

10. Charlene Rodrigues: Você gostaria de fazer mais alguma observação, alguma consideração, deixar alguma mensagem para os nossos professores temporários e efetivos da Secretaria de Educação? O que você deixaria para eles como recado nessa missão tão especial?

Carlinhos Costa: O recado é muito simples. Todo mundo é muito bom! Se está na Secretaria de Educação, você é bom, não pode ser ruim, porque você passa por um processo seletivo de contrato temporário, que é difícil, ou você passa por um concurso que não é fácil, é o concurso mais concorrido do país. Então, você é um excelente profissional, e já tem práticas exitosas. Podem nem sempre ser todas exitosas, mas você tem práticas exitosas, então faça valer o seu esforço cotidiano. Você sai da sua casa diariamente para ir à escola e fazer a sua prática, então faça essa prática na escola cada vez melhor e se espelhe nas práticas exitosas de outras colegas. Isso não é ruim, isso é bom. Ver o outro, ver o que o outro faz de bom para que a gente possa melhorar a nossa prática também. Esteja aberto a coordenar e dividir a sua prática, o seu conhecimento com pessoas de outras áreas, assim vai ficar mais fácil para o seu estudante aprender o que você está querendo ensinar. Assim, será possível construir uma educação de qualidade. ■